

Quadro Negro



Mala Direta
Postal

9912258974/2010-DR/BSB
SINPRO-DF

...CORREIOS...

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXV - Nº 185 - Abril/2014

www.sinprodf.org.br



Há 50 anos Há 35 anos

**Nestas décadas de lutas, professores e professoras
nunca temeram os agressores da democracia**



Expediente

Sinpro-DF(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF

Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefax: 3562-4856 e 3562-2780

Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefax: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.

Telefax: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e

Cláudio Antunes Correia (Coordenador)

Jornalistas: José Mauro de Almeida, Luis Ricardo Machado, Tomaz de Alvarenga

Revisão: José Antônio de Oliveira

Diagramação e capa: Eduardo Gustavo A. dos Santos Silva

Impressão: Palavra Comunicação

Tiragem: 36.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Diretoria Colegiada do Sinpro DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Carlos Cirane - Coordenador

Cláudia Bullos

Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

Isabel Portuêz de S. Felipe - Coordenadora

Francisco Raimundo (Chicão)

Silvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador

Elaine Amâncio Ribeiro

Wijairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS

E SÓCIOECONÔMICOS

Dimas Rocha - Coordenador

Ilson Veloso Bernardo

Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS

Eliceuda Silva França - Coordenadora

Neliane Maria da Cunha

Vilmara Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa - Coordenadora

Luiz Alberto Gomes Miguel

Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora

Magnete Barbosa Guimarães

Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Cláudio Antunes Correia - Coordenador

Cleber Ribeiro Soares

Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE

Wiviane Farkas - Coordenadora

Jucimeire Barbosa (Meire)

Deltair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Maria José Correia Muniz - Coordenadora

Manoel Alves da Silva Filho

Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Julio Barros - Coordenador

Luciana Custódio

Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora

Fernando Reis

Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Gabriel Magno - Coordenador

Iolanda Rodrigues Rocha

Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL

Gardênia Lopes dos Santos

Maria Cristina Sant'ana Cardoso

Jailson Pereira Sousa

Marcos Alves Pires

Regina Márcia de Assis Santos

Editorial

Sinpro já nasceu guerreiro

Os 35 anos de fundação do Sindicato dos Professores acontecem simultaneamente aos 50 anos do golpe militar de 1964 que deu fim à frágil democracia brasileira e calou a voz de trabalhadoras e trabalhadores.

Aliados às elites da direita brasileira, os militares implantaram, junto com a ferrenha ditadura, o massacre dos movimentos sindicais e sociais que floresciam à época. Na bagagem deste extermínio do sindicalismo veio o intervencionismo e o arrocho salarial.

Evidentemente, os militares tinham que reembolsar o apoio do empresariado conservador. Assim sendo, o pagamento da conta ficou para a classe assalariada, que sofreu por anos a fio sem direito sequer de reclamar.

Calar uma voz é fácil para os que detêm o poder, porém, emudecer uma categoria já não é tão simples. Mesmo sob a chibata dos ditadores, trabalhadores e trabalhadoras nunca se acomodaram e a resistência se fez presente. A cada dia com maior intensidade, afrontando os donos do poder usurpado.

Professoras e professores, que formavam uma das categoria mais persegui-

das durante a caça às bruxas promovida pelos militares, foram também um dos maiores destaques entre os combatentes do regime durante os anos de chumbo.

Capitaneados pelo Sinpro – fundado em 14 de março de 1979 –, professoras e professores do Distrito Federal demonstraram que a categoria era um elo fundamental à resistência e à luta pela redemocratização do Brasil.

Passado apenas um mês de sua fundação, em 21 de abril de 1979, o Sinpro levou a categoria à sua primeira greve. Colocou milhares de professoras e professoras diante do Congresso Nacional, que enfrentaram as forças de repressão do temido general Figueiredo – o tal que “prendia e arrebentava”.

Desde então, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal vem pautando sua atuação através de lutas e conquistas para a categoria e também pela democracia plena e por uma sociedade mais justa.

Com orgulho, a Diretoria do Sinpro comemora os 35 anos do Sindicato e, com repúdio, condena qualquer forma de ditadura.

PROFESSOR(A). PARTICIPE DE NOSSA FAN PAGE NO FACEBOOK



O Sinpro-DF possui uma página no Facebook (facebook.com/sinpro-df), onde publica atividades realizadas nas escolas e informações de interesse da categoria. Entre os grupos sindicais, a Fan Page do Sinpro é a terceira mais visitada. Convidamos os professores e professoras que curtam nossa página, e postem fotos de trabalhos pedagógicos.

APOSENTADOS – CURSO DE FORMAÇÃO EM INFORMÁTICA

A Secretaria para Assuntos dos Aposentados informa que estão abertas as inscrições para o curso básico de informática na sede e nas subsedes do Gama e de Taguatinga. Mais informações pelo telefone 3343-4235 (sede), 3556-9105 (Gama) e 3562-4856 (Taguatinga).



Saúde do Trabalhador

Sinpro realiza seminário de saúde e lança cartilha sobre assédio moral

No dia 21 de março, o Sinpro realizou o Seminário de Saúde, no auditório da Escola Parque da 308 Sul. Durante todo o dia, cerca de 200 educadores compareceram ao evento e assistiram as palestras sobre “Saúde do trabalhador”, “Assédio moral” e “Legislação”. Sob a coordenação dos(as) diretores(as) do Sinpro, Manoel Alves da Silva, Maria José Correia (Zezé) e Gilza Camilo, da Secretaria de Saúde do Trabalhador, a programação do seminário começou com a palestra da médica endocrinologista Aline Saraiva de Paula, especialista em clínica médica e em psicodinâmica do trabalho.

Na ocasião, o Sinpro lançou a cartilha “Assédio moral no trabalho – para orientação e esclarecimento”, que identifica esta agressão no ambiente de trabalho, quais os tipos mais comuns, suas causas, os objetivos dos assediadores, as suas consequências para a saúde do (a) trabalhador (a) e também as questões jurídicas. A cartilha pode ser baixada no site do Sinpro.

Gilza Lúcia Camilo Ricardo, diretora de assuntos de saúde do trabalhador do Sinpro, relata o sucesso deste seminário. “Foi bem positivo, teve uma participação muito ativa da categoria. Os (as) colegas queriam muito ser ouvidos (as), reclama-

ram de perseguição e de posturas desrespeitosas de colegas, diretores (as) e alunos (as)”. A diretora afirmou que a categoria se sente doente e abandonada. “Ouvimos relatos que não há humanização nas perícias médicas da secretaria de saúde, com falta de respeito e consideração dos (as) profissionais de saúde com a saúde do (a) professor (a). Que falta reconhecimento da família, de colegas e também do Estado”, afirma.



Coordenação pedagógica: uma grande conquista para a categoria

Espaço de reflexão, planejamento e avaliação das ações pedagógicas, a coordenação pedagógica é vital para o desenvolvimento do plano curricular, auxiliando os (as) professores (as) no planejamento das aulas e ações dentro da escola. Juliana Bonfim atua na coordenação pedagógica na Escola Classe 45, de Ceilândia. Ela dá mais detalhes a respeito desta função.

“É uma experiência muito rica, há uma constante troca de experiências. Possibilita a construção de um trabalho coletivo, o que é fundamental para o trabalho docente. O aluno deixa de ser foco de um professor e passa a ser de todos.

Percebo que a Educação no DF ganhou muito assim que conseguimos essas 15 horas semanais nas coordenações”, avalia.

Ela aponta que as atividades são divididas em três dias: formação, coordenação coletiva e coordenação setorizada. Para Juliana, o principal desafio é adequar espaço e tempo para todas as atividades e sensibilizar outros (as) colegas para a função. “Temos que atender também outras demandas mais específicas, como o atendimento aos pais dos alunos. A questão da escolha do coordenador é fundamental, pois nem todos desejam ser. É um trabalho que carece de algumas caracte-

terísticas de liderança, formação e articulação. Muitos(as) dos(as) nossos(as) companheiros (as) não podem abrir mão das gratificações, portanto acabam descartando a possibilidade de serem coordenadores. A Secretaria de Educação deveria repensar na formação do coordenador, que deveria ter a mesma formação continuada dos (as) demais professores (as)”, diz.

Mesmo assim, a coordenadora comemora os resultados. “Aqui na escola o trabalho é coletivo e percebo o quanto é válido, como contribui pela educação pública de qualidade”, finaliza.

Regras para a aposentadoria

Os professores e professoras que estiverem em vias de se aposentar devem ficar atentos às regras, já que existem duas formas de dar entrada no benefício: com paridade (quando todos os ganhos que os magistrados da ativa conquistam são repassados para os professores aposentados) e sem paridade. Confira abaixo cada caso:

COM PARIDADE

► Todo tempo de magistério:

Homem - 30 anos de magistério, 55 anos de idade, 20 anos de serviço público, 10 anos de SEE.

Mulher - 25 anos de magistério, 50 anos de idade, 20 anos de serviço público, 10 anos de SEE.

► Tempo misto (parte do tempo de magistério):

Homem:

a) 35 anos de contribuição, 60 anos de idade, 20 anos de serviço público, 10 anos de SEE.

b) 35 anos de contribuição, 60 anos de idade, 25 anos de serviço público e 15 anos de SEE, para os que tomaram posse até 16/12/1998, sendo que para cada ano que ultrapassar o tempo de contribuição será reduzido 1 ano na exigência da idade.

Mulher:

a) 30 anos de contribuição, 55 anos de idade, 20 anos de serviço público, 10 anos de SEE.

b) 30 anos de contribuição, 55 anos de idade, 25 anos de serviço público, 15 anos de SEE, para os que tomaram posse até 16/12/1998, sendo que para cada ano que ultrapassar o tempo de contribuição será reduzido 1 ano na exigência da idade.

É importante salientar que os requisitos são concomitantes, ou seja, é preciso cumprir todos para ter direito à aposentadoria.

SEM PARIDADE

► Para se aposentar sem paridade:

Homem - 30 anos de magistério, 55 anos de idade, 10 anos de serviço público, 10 anos de SEE.

Mulher - 25 anos de magistério, 50 anos de idade, 10 anos de serviço público, 10 anos de SEE.

► Tempo misto:

Homem - 35 anos de contribuição, 60 anos de idade, 10 anos de serviço público, 10 anos de SEE.

Mulher - 30 anos de contribuição, 55 anos de idade, 10 anos de serviço público, 10 anos de SEE.

IMPORTANTE:

► Atenção para os cálculos:

Com paridade (regra da última remuneração) - A rubrica "vencimento" permanece inalterada, as gratificações são incorporadas proporcionalmente ao tempo em que o professor as recebeu. De acordo com o novo Plano de Carreira, 1/25 avos por cada ano em que recebeu a gratificação. Nesta modalidade, todas as vezes que a ativa receber um aumento o professor aposentado também recebe.

Sem paridade (regra da média salarial) - Pegam-se todas as remunerações de 1994 em diante, exclui as 20%

menores, faz-se uma média aritmética simples com as 80% que sobraram, o resultado será a remuneração do professor. Nesta modalidade, não há reajuste conforme a ativa. O reajuste é concedido na mesma época e percentual do que for concedido a quem é aposentado pelo INSS.

► Abono de permanência:

O abono de permanência é o exato valor da seguridade social. Esta continuará a ser descontada, mas o valor virá em forma de crédito no mesmo contracheque. Para ter direito a recebê-lo é necessário ter cumprido todos os requisitos (tempo de contribuição, tempo de serviço público e tempo na casa) de uma das regras.

► Alteração feita pela EC 70:

O professor que se aposentar por invalidez permanente, o qual tinha seu cálculo elaborado pela regra da média salarial, agora se aposenta com base na regra da última remuneração (paridade). A alteração é válida tanto para quem já se aposentou quanto para quem ainda se aposentará por invalidez.

Se o motivo da invalidez for alguma doença prevista em lei ou acidente de trabalho, a aposentadoria continua sendo integral. Se a invalidez for por outro motivo, a aposentadoria se dará de forma proporcional e com base na última remuneração (paridade).

Reajuste Salarial

Terceira etapa da Reestruturação da Carreira consolida 21 anos de lutas

A folha de pagamento de março/2014 incorpora aos vencimentos os valores correspondentes à Gratificação de Tempo Integral-GTI, criada no atual Plano de Carreira do Magistério como forma de transição da incorporação total da Tidem, pleito antigo da categoria. A Reestruturação da Carreira, Lei Nº 5.105/2013, propõe a incorporação de gratificação, reajuste salarial e alterações nos conceitos de pagamentos de algumas gratificações que permanecem neste 4º Plano de Carreira.

A Tidem, criada em novembro de 1992, tinha como proposta incentivar que os professores se dedicassem integralmente ao magistério público do DF. Embora tenha cumprido seu papel, gerou uma situação de injustiça: professores com carga horária de 20h não receberiam mais a metade da remuneração de um professor que tivesse a carga horária de 40h, bem como os de carga horária de 40h não poderiam mais ter outro vínculo empregatício, sem porém abrir mão de receber a Tidem.

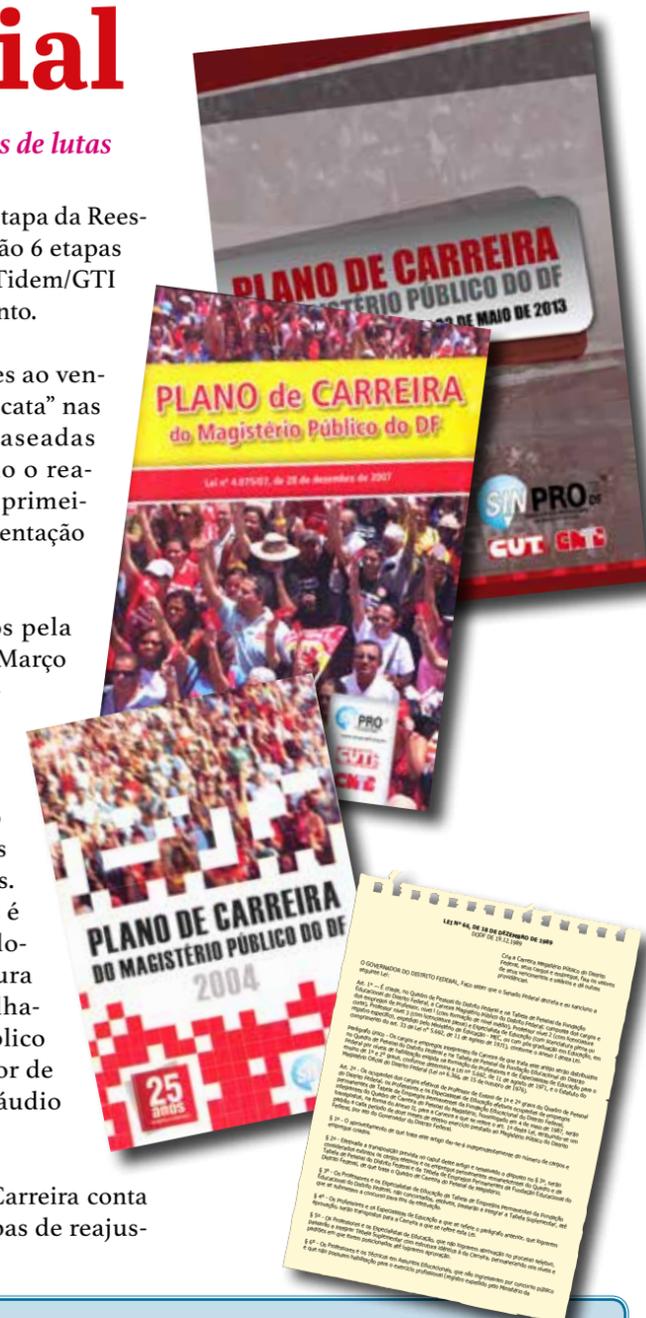
O novo plano propôs, já na sua implementação, a mudança conceitual da dedicação exclusiva para o pagamento para quem tivesse a jornada de 40h na rede e a incorporação ao vencimento de mais de um terço de seu

valor, sendo que até a 3ª etapa da Reestruturação da Carreira (são 6 etapas ao todo), todo o valor da Tidem/GTI seria somada ao vencimento.

A soma destes valores ao vencimento cria o "efeito cascata" nas demais gratificações baseadas em percentuais, gerando o reajuste salarial nestes três primeiros momentos de implementação do plano.

"Há 21 anos brigamos pela incorporação da Tidem. Março de 2014 é uma data histórica para a categoria, que chega a essa vitória fortalecendo sua remuneração com a incorporação ao vencimento de uma das mais antigas gratificações. Fortalecer o vencimento é garantir uma aposentadoria mais tranquila e segura a todas e todos os trabalhadores do magistério público do DF", comenta o diretor de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes Correia.

A Reestruturação da Carreira conta ainda com mais três etapas de reajustes salariais.



Mobilização pela aprovação da PEC 176/2012 (precatórios)

Uma comissão formada por integrantes da Secretaria de Assuntos dos(as) Aposentados(as) do Sinpro e professores(as) aposentados(as) foram ao Congresso Nacional e à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 13 de março, pedindo apoio dos parlamentares pela aprovação da PEC 176/2012, que garante o pagamento da totalidade dos precatórios. É importante ressaltar que a aprovação deste projeto é um direito para toda a categoria.

É importante ressaltar que a aprovação deste projeto é um direito para toda a categoria.

A proposta retira idosos e portadores de doença grave ou incapacitante da ordem de precatórios. Pelo texto, os pagamentos deverão ser feitos imediatamente após o trânsito em julgado da sentença conde-

natória. Atualmente a Constituição determina que os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas, em virtude de sentença judiciária, serão feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.



Categoria elege seus delegados e delegadas sindicais para 2014

No dia 12 de março foram definidos os nomes dos delegados sindicais e representantes de turnos para o ano de 2014. Todos que militam no movimento sindical sabem a importância desses representantes da categoria, já que são eles os responsáveis por agir como um elo entre a diretoria e os(as) professores(as) em cada local de trabalho. Entre as atividades essenciais do delegado sindical estão a de organizar e mobilizar a categoria sempre que necessário; representar a direção do Sindicato junto à categoria; divulgar informações de interesse da categoria em sua escola e locais próximos; defender os direitos da categoria; organizar a categoria; buscar juntamente com a diretoria do Sindicato soluções para questões individuais e coletivas identificadas nas escolas; além de cumprir e fazer cumprir as deliberações do Estatuto, das assembleias e da diretoria do Sinpro.

Para a diretora do Sinpro Nilza Cristina Santos, os delegados sindicais têm uma importância muito grande dentro do ambiente escolar. “São eles os responsáveis por representar o Sindicato na escola, organizar a categoria e participar ativamente das discussões feitas no local de trabalho. Esta construção conjunta entre o Sinpro e os delegados faz com que a categoria esteja permanentemente informada e mobilizada. Por isto a necessidade desta representação nas escolas”, afirma Nilza Cristina.

Os delegados sindicais foram eleitos para um mandato de um ano. A eleição de nossos representantes fortalece ainda mais a nossa luta!



Beto Almeida e Júlio Turra participaram do evento

Delegados empossados no Sinpro

O Sinpro promoveu, no dia 17 de março, a posse de diversos delegados



Nilza Cristina, Meg Barbosa e Fátima de Almeida, da diretoria de formação sindical do Sindicato dos Professores no DF

sindicais. O evento contou com as integrantes da diretoria de formação sindical Nilza Cristina dos Santos, Magnete Barbosa Guimarães e Fátima de Almeida Moraes. O evento contou com a participação de Júlio Turra (CUT) e Beto Almeida (presidente da TV Comunitária), que reforçaram a importância de organização da categoria e da luta de classes, além de uma análise da conjuntura nacional e internacional e também da mídia.

O Sindicato permanece com suas turmas de formação sindical. “É um programa bem sucedido de formação da base, com 17 turmas já formadas e outras 5 de nível avançado, no qual os delegados têm a oportunidade de conhecer a história do movimento sindical e se aprofundar nestes assuntos”, diz Nilza.

PLENÁRIAS REGIONAIS

já estão ocorrendo. Participe!

Desde o dia 13 de março, estão acontecendo as plenárias regionais em diversas regiões do DF. Elas já foram realizadas em São Sebastião, Brazlândia, Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo, Ceilândia, Recanto das Emas, Guará, Samambaia, Planaltina e Sobradinho.

As plenárias servem para a atualização da pauta de reivindicação da categoria. A participação de todos e todas é fundamental para a construção desta luta, para que os debates construam uma agenda de reivindicação que reflita todos os anseios da categoria.

“Ao final das plenárias, no dia 7 de maio, às 14h, no Teatro dos Bancários, realizaremos uma assembleia para consolidar a discussão das pautas de reivindicações da categoria”, esclarece o diretor de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes Correia.

Confira as datas e locais das próximas plenárias, que ocorrem sempre nos horários de coordenação dos (as) professores (as): 9h às 11h30 (manhã), 14h às 17h (tarde) e 19h às 22h (noite):

16/04	Manhã/Tarde
16/04	Manhã/Tarde
23/04	Manhã/Tarde/Noite
23/04	Manhã/Tarde/Noite
23/04	Noite
23/04	Noite

Santa Maria	CEE 01
Paranoá	CEF 01
Gama	CG (CEM 01)
Taguatinga	CEMAB
Planaltina	Susede
Plano Piloto	Sede

Autonomia e independência sindical: uma questão de sobrevivência das organizações

Meg Guimarães - diretora de Formação Sindical do SINPRO-DF e Diretora da CUT Brasília.



A CUT foi criada há mais de 30 anos como conquista da luta da classe trabalhadora por seus direitos e pela liberdade e autonomia sindical. Dentre os princípios consagrados em seus estatutos, se destaca a defesa de que os trabalhadores se organizem com total independência frente ao Estado e autonomias em relação aos partidos políticos, e de que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT luta pelos pressupostos consagrados nas *Convenções 87 e 151 da OIT* (Organização Internacional do Trabalho), no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os trabalhadores. Nesse sentido, um dos maiores desafios da nossa Central

tem sido a luta pela transformação da estrutura sindical brasileira, traduzida na luta pelo fim do *Imposto Sindical*.

O Imposto Sindical é uma taxa criada há mais de 70 anos pelo Governo de Getúlio Vargas, com o nome de Contribuição Sindical. O referido desconto é compulsório e determinado por lei, independentemente de o trabalhador ser filiado ou não a algum sindicato. A CUT defende que todo trabalhador seja livre para escolher o sindicato que vai representá-lo na hora de negociar com os patrões para garantir e ampliar conquistas. Para que o trabalhador tenha essa liberdade, a CUT defende a substituição do Imposto Sindical

pela *Contribuição da Negociação Coletiva*, decidida em Assembleia.

O Sinpro-DF, como sindicato filiado à CUT, também defende que os trabalhadores contribuam de forma voluntária aos seus sindicatos e que as formas de sustentação financeiras dos sindicatos sejam definidas pelos próprios trabalhadores, o que obriga os sindicatos a valorizarem os seus filiados e a buscarem maior unidade na ação, a fim de promoverem sua autonomia e independência financeira. Além de não reivindicar o Imposto Sindical de seus filiados, o Sinpro reitera a posição histórica da CUT de não aceitar nenhuma ingerência de governos e patrões sobre os sindicatos.



CATEGORIA FESTEJA 35º ANIVERSÁRIO DO SINDICATO PARTICIPANDO DA 1ª CORRIDA DO SINPRO

A categoria compareceu à 1ª Corrida do Sinpro, disputada durante a manhã do dia 30 de março, no Parque da Cidade e, transformou a corrida comemorativa aos 35 anos do Sindicato em um momento de alegria aliado à prática esportiva. Os 1,5 mil professores e professoras inscritos foram divididos em duas modalidades (corrida de 5 km e caminhada de 5 km). Todos os participantes ganharam medalhas no final do percurso, sendo que os três primeiros

colocados de cada categoria da modalidade "corrida" receberam troféus.

Uma grande infraestrutura foi montada para receber os participantes, incluindo espaço para entretenimento, com brinquedos para as crianças, espaço para massagem e alongamento, além de DJs. "Estou admirado com a estrutura montada pelo Sinpro para esta corrida. É uma iniciativa muito boa porque une os professores e incentiva a prá-

tica esportiva. O Sindicato está de parabéns pela iniciativa e que venham outras corridas", comentou o professor Gilson Maroni, que participou da corrida.

Para o diretor do Sindicato dos Professores Marco Aurélio Rodrigues, além de comemorar os 35 anos do Sinpro, a corrida é uma atividade que incentiva e promove a qualidade de vida e o apoio à luta por uma educação pública de qualidade.



Confira os três primeiros colocados da corrida:

Feminino de 18 a 45 anos:

- 1º Ronilda Florentina de M. Lucena (20m 25)
- 2º Maria Jose de Oliveira Goulart (21m 19)
- 3º Polyanna Mascoski Leite (21m 57)

Feminino de 46 até 99 anos:

- 1º Marizete Lustosa Mascarenhas (20m 56)
- 2º Marcia Valeria da Silva Ribeiro (21m 29)
- 3º Fabiane Pires (21m 37)

Masculino de 18 a 45 anos:

- 1º Haroldo Ferreira Dutra (18m 44)
- 2º Cleiton Peixoto Lopes (18m 55)
- 3º Fernando Antonio Gomes da Silva (19m 10)

Masculino de 46 até 99 anos:

- 1º Jose Roberto Primo de Oliveira (16m 55)
- 2º Heron de Sena Filho (18m 28)
- 3º Jose Soares Ribeiro Neto (19m 26)



"A primeira corrida foi um grande sucesso e alcançou seu objetivo, que é de oferecer uma atividade física para a categoria. Na comemoração do aniversário do Sinpro, quem ganhou foi a população", comemorou Marco Aurélio.



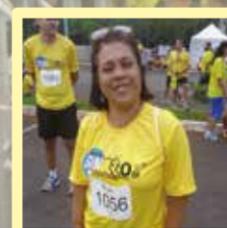
"Esta corrida representa a integração entre os professores. Além disso, motiva a prática esportiva. É uma iniciativa válida", Wilson Magalhães, professor de educação física.



"É uma forma de encontrar a categoria, de lazer, comunhão e mobilização popular. O Sindicato está de parabéns pela iniciativa", Sandra Bonfim, professora de educação física.



"O percurso da caminhada foi perfeito, bem sinalizado, a hidratação no quilômetro certo. Além disso, a infraestrutura dava suporte para que as famílias dos atletas também aproveitassem", Edinéia Ferreira de Moura, Pedagoga - Orientadora Educacional



"Achei esta corrida uma ótima opção para quem precisa começar a praticar uma atividade física. Que venham outras", Ana Regina, professora de atividades.



"Está tudo maravilhoso. Para se educar é preciso ter disposição e a prática esportiva oferece isto", Ana Cunha Maralhães.

"Essa categoria que não se cansa da luta por uma educação de qualidade, mostrou que tem muita disposição para lutar também contra o sedentarismo por qualidade de vida. Estamos todos de parabéns", diretora do Sinpro, Elaine Amâncio.

"A corrida foi uma realização inédita desta diretoria do Sinpro. Como vivenciamos a campanha por educação de qualidade, a Secretaria de Cultura aliou a campanha à busca por qualidade de vida", Wijairo Mendonça, diretor do Sinpro.



Sinpro lança campanha de valorização da escola pública

Em ato realizado na Praça do Buriti no dia 27 de março, o Sinpro lançou a campanha “Exigimos escola pública de qualidade”, que reúne demandas históricas da categoria e retrata a triste realidade das escolas públicas do Distrito Federal. Jhonny Viana é professor do Centro de Ensino Médio Oeste (Plano Piloto) e esboça um retrato negativo da educação em Brasília, se nada for feito.



“O Enem é um bom exemplo disso. Os alunos de Brasília vão ter que melhorar sua formação, estudo e conhecimento, senão a UnB será tomada por alunos de outros lugares, que recebem uma educação melhor que a nossa. Já percebemos esta migração. A cada ano menos estudantes brasileiros ingressam na UnB. A redação corresponde a 40% da nota do Enem e o GDF recentemente retirou uma professora de redação da nossa escola. Qual a educação que o GDF quer quando apenas um professor precisa lecionar literatura, gramática e redação? Não dá para fazer uma educação séria e formar um aluno crítico que faça a diferença na sociedade. O GDF está brincando com a educação e nivelando a educação por baixo”, aponta.

Além de suprir a falta de professores através da nomeação dos (as) professores (as) concursados (as), a campanha também pleiteia mais segurança nas escolas e em suas imediações; concurso público



para pedagogo-orientador educacional; garantia do gozo da redução de 20% de regência (Lei Nº 5105/13); equiparação do auxílio-alimentação com a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF); valorização da carreira do magistério; mais verbas para as escolas; regularidade no repasse do PDAF para as escolas; gozo da licença prêmio; plano de saúde; equiparação salarial com a carreira médica e pagamento das pendências financeiras.

“Para que este debate possa continuar de forma permanente pela valorização da escola pública, este ato do dia 27 de março marca o lançamento desta campanha, que será permanente. Pois é preciso que este debate aconteça não apenas durante o ano de 2014, mas que seja um tema no qual a sociedade possa se apropriar dele, se tornando para ela uma exigência cotidiana e recorrente. Nós entendemos que a escola pública seja a melhor forma de emancipar os indivi-



Rosilene Corrêa, diretora do Sinpro

duos, é a ferramenta para superar esta desigualdade que ocorre na sociedade capitalista. A educação pública é a condição que pode, efetivamente, construir a igualdade na sociedade”, define Cleber Soares, diretor de imprensa do Sinpro.

A campanha pretende chegar até os alunos, que são os principais beneficiados desta luta. Wendel Nogueira é aluno do Centro Educacional 7 de Ceilândia. Ele reclama da possível mudança dos alunos para o CEF 17. “Se mudarmos, vai ficar longe para a maioria dos alunos, além do fato de que esta região da nova escola seja muito perigosa”, diz. O aluno aponta que as aulas no período noturno sofrem com as constantes faltas no fornecimento de energia elétrica e, mesmo aos 13 anos, já sabe o que a categoria luta há tanto tempo: “se eu tivesse uma escola melhor, certamente eu iria aprender mais”.



Fernando Ferreira e Cláudio Antunes, diretores do Sinpro

Entidades de luta unificam discurso do Sinpro

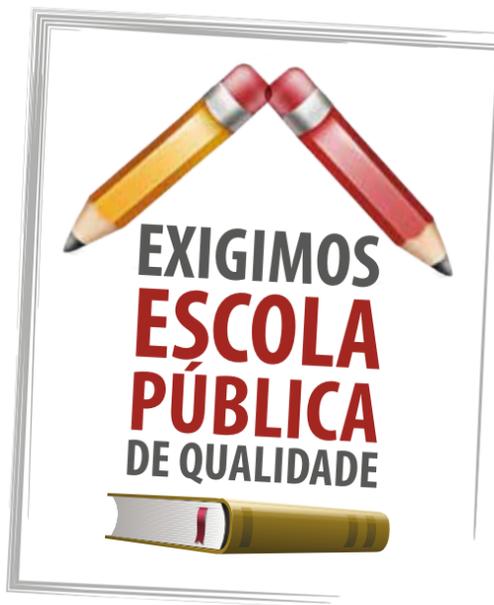
Várias entidades companheiras de luta, como a CUT, a CNTE e o SAE unificaram o discurso do Sinpro e da categoria, pela valorização da escola pública e criticando os diversos problemas que as escolas do Distrito Federal estão enfrentando no início do ano letivo, como a falta de professores, a insegurança e ausência de recursos.

Cleber Soares é diretor de imprensa do Sinpro e ressalta a importância desta campanha. “Ela é fundamental, pois a sociedade precisa tomar conhecimento do quanto a educação é importante e do valor que o GDF não dá para ela. Exigimos que o governo respeite a educação para que a gente possa construir uma educação pública de qualidade, dando um futuro melhor para as crianças e adolescentes, para que eles se tornem cidadãos conscientes de seus direitos em uma sociedade cada vez menos excludente e uma sociedade cada vez mais justa”, define.

“Queremos chamar os pais para dentro das escolas, abrindo a discussão para que eles participem cada vez mais e também defendam a escola pública de qualidade que todos nós merecemos” - Rosilene Lima, diretora do Sinpro.

“É mais uma das manifestações que fazemos saindo da sala de aula, mostrando para o governo as fragilidades da educação. O Governo do DF está priorizando no seu orçamento obras para outros setores e poucos recursos para a educação. Até mesmo dentro da nossa categoria, percebemos que a educação ainda não é levada tão a sério. Queremos resgatar a necessidade dos alunos e da comunidade de lutar por algo que faz a diferença na vida das pessoas: a educação” - Jhonny Viana, professor do CEM Setor Oeste.

“O governo só reage quando existe manifestação. Quanto maior o movimento, mais chama a atenção do poder público. Tem muita escola que neste ano letivo ainda não teve aula de matemática. A escola pública é tudo, é a base para o aluno e para a sociedade” - Jeusinéia Dias, professora do CED 14 de Taguatinga.



Mesmo com chuva, professores e professoras, pais, estudantes e outras classes de trabalhadores se reuniram na Praça do Buriti.



“Exigimos uma escola pública de qualidade”, tema da campanha lançada no ato público na Praça do Buriti

V CONCURSO DE REDAÇÃO E DESENHO

A ESCOLA PÚBLICA QUE EU QUERO

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE

A “Escola Pública que eu quero” será o tema da 5ª edição do Concurso de Redação e Desenho, que será lançada pelo Sindicato dos Professores no Distrito Federal no dia 11 de abril. O Concurso faz parte da campanha contra a Violência nas Escolas, desenvolvida pelo Sinpro desde 2008, e tem como objetivo levar aos estudantes da rede pública de ensino uma reflexão sobre as causas, consequências e soluções para a violência no ambiente escolar. Este ano os candidatos terão a oportunidade de entrar na campanha de valorização da escola pública no DF, através de seus trabalhos.

Poderão se inscrever estudantes matriculados desde a educação infantil (4 e 5 anos) ao ensino médio. As redações e os desenhos deverão ser entregues até o dia 31 de julho na própria escola, na sede ou nas subdeses do Sinpro-DF. Os prêmios serão entregues para os estudantes vencedores e professores indicados por eles.

Os estudantes da educação infantil, de 4 a 5 anos de idade, os estudantes dos Centros de Ensino Especial/Classes Especiais, os matriculados do 1º ao 3º ano do ensino fundamental e os estudantes da EJA (1º e 2º semestres) expressarão sua opinião por meio de desenho. Já os estudantes do 4º ao 9º do ensino fundamental e os estudantes do ensino médio discutirão a temática na forma de redação. O regulamento, assim como o material para inscrição, serão disponibilizados no site do sindicato (www.sinprodf.org.br).



“Outras Pautas” debate a influência da mídia na política e no mundo

A terceira edição do Outras Pautas colocou em debate a influência da mídia na política e no mundo. Durante o encontro, realizado no dia 18 de março, no Teatro da Escola Parque 308 Sul, os jornalistas Luís Nassif e Beto Almeida debateram um pouco sobre a democratização da mídia e a conjuntura política no Brasil. O Sinpro disponibiliza a gravação do programa em nossa página.

A influência da mídia na democracia brasileira deu início ao debate e para Luís Nassif, o fator econômico tem determinado a forma como a informação é repassada à população, fato que muitas vezes fomenta a distorção de temas relevantes à sociedade. “O modelo de democracia que o Brasil seguiu é aquele em que o poder emana do povo, com uma série de regras. O eleitor, para cumprir bem o seu papel, precisa ter informação e entendimento.

Com o passar do tempo, as coisas mudaram, muitas vezes fomentadas pelo fator econômico”, analisou Nassif.



Rosilene Corrêa, Luis Nassif e Beto Almeida debatem a mídia

Beto Almeida complementou dizendo que o Brasil avançaria bastante se investisse na mídia comunitária. “Para se ter uma ideia, nos últimos 10 anos a Rede Globo recebeu mais de R\$ 10 bilhões em anúncios.

Isto mostra que há um favorecimento no repasse destas verbas. Temos, na América Latina, países que têm investido em medidas para a democratização da mídia e esta democratização tem ajudado no esclarecimento da população”, ressaltou o jornalista, que é presidente da TV Comunitária.

No segundo bloco a diretora Rosilene Correa, que intermediou o debate, abriu espaço para perguntas do público. “Este projeto é importante pela oportunidade que dá ao público de debater, opinar e se posicionar sobre os mais variados temas, principalmente, sobre a influência que a mídia impõe sobre a sociedade. Percebemos que há sede de outras pautas, de outras visões, de espaços onde as pessoas possam ter voz e compartilhar suas inquietações sobre o mundo em que vivem” ressaltou Rosilene Correa.

Entrevista com Luís Nassif

Como você vê a iniciativa do Sinpro em promover debates de interesse da sociedade?

Até o advento da internet, só havia grande prioridade na pauta pública o que passava pelos jornais. Então os mercados de opinião, que eram dos sindicatos, movimentos sociais e partidos populares não tinham grande abrangência. Projetos como este do Sinpro desfaz isto, e abre diálogo com a sociedade.

A internet deu a possibilidade de grupos entrarem no mercado com mais facilidade?

Exatamente. Por meio da internet temos uma ampliação da democracia porque qualquer grupo pode se estruturar e se manifestar na mesma plataforma tecnológica.

Porque ainda não houve a democratização da comunicação?

O mercado de mídia no Brasil tem um pouco do rescaldo de 1964/65. O governo precisa enfrentar este tema. É preciso combater os oligopólios de mídia especialmente

da televisão aberta, que é concessão pública. A Argentina e a Venezuela enfrentaram isto. **Como vê o cenário político para 2014?**

Você tem um desgaste natural de quatro anos do governo Dilma, mas por outro lado ela tem bandeiras e obras para mostrar. Por outro lado, a oposição não tem bandeira. Isto será crucial nas eleições de 2014.



Sinpro Mulher

Veículo auxilia o plantio da igualdade de gênero nas escolas

Lançada em comemoração aos 35 anos de fundação do Sindicato dos Professores no DF, a Revista Sinpro Mulher, além do seu caráter informativo, tem o objetivo de ser um instrumento para auxiliar os(as) educadores(as) a exercitarem e disseminarem as práticas da igualdade de gênero na rede pública de ensino do Distrito Federal.



Diretor Cleber e diretoras Vilmaria, Eliceuda, Neliane no lançamento da Revista

Com clima de festa em família, o Sinpro Mulher teve seu lançamento realizado no dia 14 de março (aniversário do Sindicato), com direito ao parabéns e com o salão da sede do Sinpro totalmente lotado. Na opinião dos presentes ao evento, a nova publicação confirma, mais uma vez, que o Sindicato dos Professores é uma entidade de vanguarda, tanto no aspecto educacional quanto na política sindical.

Prestigiado por grande parte da categoria, o lançamento da revista também contou com a presença de parlamentares, secretários de Governo do DF e convidados especiais. Durante o evento, todos(as) que participaram da revista, com artigos ou entrevistas, foram homenageados pela Diretoria do Sindicato.

A secretaria-adjunta da Mulher do Governo do Distrito Federal, profes-



Salão do Sinpro ficou totalmente lotado durante o evento

sora Valeska Leão, também tece elogios à nova publicação do Sindicato. Para ela, a revista é uma iniciativa extremamente importante, já que a categoria (a qual ela pertence) é predominantemente feminina. A secretaria espera que o conteúdo da publicação possa influenciar as mentes dos(as) profissionais da educação em prol de uma sociedade cada vez mais justa e democrática.

A titular da Secretaria de Mulheres da CUT, Maria da Graça de Sousa, enalteceu o trabalho do Sinpro. Ela disse que a revista é mais um passo na consolidação do Sindicato no processo de formação e informação das educadoras na construção de uma sociedade sem machismo e sectarismo. Maria da Graça considera a revista um valioso instrumento, que ultrapassa o corporativismo e o conceito mulher.

Já o professor e escritor Celso Alcântara (Centro de Ensino Médio Setor Leste) parabeniza o Sinpro pelo lançamento da revista, por ser mais um importante veículo de comunicação para a categoria. Além de considerar o conteúdo da revista informativo e pedagógico, o professor sublinha que a edição do Sinpro Mulher veio com alta qualidade gráfica e uma excelente diagramação.



Animação ficou por conta das "Damas de Ouro"



CNTE mobiliza cenário da educação pública brasileira

Paralisação de três dias convocada pela Confederação teve participação de cerca de 70% dos profissionais da área

A greve de professores e funcionários da educação convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) terminou no dia 19 de março com participação de entre 65% e 70% dos profissionais da área, segundo dados divulgados pelo presidente da entidade, Roberto Leão.

A paralisação teve início no dia 17 e foi encerrada na tarde do dia 19 de março com uma manifestação na Praça dos Três Poderes, em Brasília, que reuniu entre 2,5 mil e 3 mil pessoas, segundo cálculos da Confederação.

O presidente da CNTE disse que cada rede de profissionais tem autonomia para decidir se manteria a paralisação em nível

regional ou não, mas segundo ele, profissionais de todos os estados do país aderiram aos três dias de mobilização.

De acordo com Leão, estados como Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Mato Grosso iriam realizar assembleias para deliberar sobre o tema. "Conseguimos movimentar a educação pública no Brasil, o ensino básico, para defender e reiterar as propostas que temos", disse o presidente do CNTE.

Segundo ele, entre as reivindicações das categorias estão a valorização dos profissionais, o cumprimento integral da lei nacional do piso salarial e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) com a destinação de 10% do Produto Interno

Bruto (PIB) para a educação pública. "É fundamental que a palavra 'pública' seja explicitada. A escola pública é que precisa de investimento", afirmou ele.

No último dia da paralisação, a entidade também protocolou junto ao governo uma petição de audiência com a presidente Dilma Rousseff. "Pedimos audiência com ela para que a gente possa ter um diálogo oficial com a presidenta da República", disse Leão.

No início do protesto, no dia 19 de março, a Polícia Militar estimou o número de participantes em mil pessoas, mas segundo Leão, o objetivo da Confederação de reunir entre 1,5 mil e 3 mil pessoas em Brasília foi atingido.



Participantes da manifestação deixaram claro o peso do voto da educação no cenário político brasileiro



Marco Civil da Internet é aprovado

Proposta disciplina direitos e deveres dos usuários da internet e impede que as empresas de telecomunicações discriminem usuários. Proposta segue para Senado.



Deputados comemoraram a aprovação do Marco Civil da Internet

Após muita expectativa, a Câmara dos Deputados aprovou, no dia 25 de março, o Marco Civil da Internet. O Marco, aprovado por maioria dos parlamentares, travava a pauta da casa há cinco meses e agora a expectativa é que o projeto seja aprovado pelo Senado Federal em tempo recorde, sem alterações. Com a aprovação do Projeto de Lei, o Brasil passará a ser referência mundial em legislação sobre rede mundial de computadores.

Entenda um pouco mais sobre o PL Nº 2126/2011:

O que é? - Projeto de lei (PL Nº 2126/2011) que visa regular o uso da internet no Brasil, estabelecendo obrigações para os prestadores de serviços da web e esclarecendo os direitos dos internautas. A “neutralidade de rede” é o foco principal, o que significa que todas as informações que trafegam na internet devem ser tratadas da mesma forma. Desta forma, o internauta tem acesso garantido a qualquer tipo de conteúdo *online*, com a mesma velocidade, sem interferências e sem precisar pagar mais nada além da velocidade de conexão. Outro objetivo previsto pela lei é o aumento da segurança na internet.

Neutralidade de rede - Um dos pontos de neutralidade de rede que o texto prevê é de que os provedores de internet não poderão oferecer planos de acesso com

limitação de conteúdo. Os pacotes, por exemplo, não podem só permitir o acesso a e-mails ou redes sociais.

Segurança - O Marco Civil determina que os provedores de conexão mantenham obrigatoriamente *data centers* instalados no Brasil, para que os dados dos usuários fiquem guardados no país, como uma medida de segurança.

Privacidade - O texto prevê que os registros de conexão dos usuários devam ser guardados pelas empresas de internet por um ano, sob total sigilo e ambiente seguro. As informações guardadas deverão ser apenas referentes ao IP, data e hora inicial e final da conexão, sem informações adicionais sobre o usuário, a não ser em casos de ordem judicial.

Sinpro é homenageado na CLDF pelos seus 35 anos de lutas e conquistas

Por iniciativa da bancada do PT na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o Sindicato dos Professores no DF foi homenageado com uma Sessão Solene no dia 27 de março. O evento contou com a presença de toda atual Diretoria Colegiada da entidade, ex-diretores(as), professores(as) e sindicalistas.

Com inúmeros elogios ao desempenho do Sinpro, o presidente da CLDF, deputado Wasny de Roure, abriu a sessão convidando para compor a Mesa a também deputada petista Arlete Sampaio; a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa – representante da Diretoria –; um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato, Olímpio Gonçalves Mendes; o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto; o diretor da CUT Nacional, Jacy Afonso; e o diretor e representante da

CNTE, Edmilson Lamparina.

Todos, ao fazerem uso da palavra, enalteciam o desempenho do Sinpro no decorrer destes 35 anos de existência. Wasny disse que a história do Sinpro está entrelaçada à história das lutas sociais no Distrito Federal. Os membros da Mesa foram unânimes sobre o papel de vanguarda que o Sinpro teve e tem, não apenas na Capital, mas em todo o País.

A diretora do Sinpro, Rosilene Corrêa, ao agradecer a homenagem dos deputados distritais, disse que além do Sindicato portar a bandeira de defesa da categoria, a entidade busca atender também aos anseios da sociedade brasileira, que almeja um ensino público de qualidade. “Por isso o Sindicato cobra investimentos do governo e, para disseminar a res-

ponsabilidade de todos pela educação, lançou a campanha pela valorização da escola pública”, disse.

Rosilene também fez homenagens aos demais diretores do Sinpro, através da diretora Isabel Portuguese, coordenadora da Secretaria dos Aposentados, e a toda categoria, por intermédio da professora Maria dos Remédios, da Escola Classe 511 de Samambaia. Rosilene ainda agradeceu a colaboração dos funcionários e fornecedores do Sinpro.

A exposição fotográfica e de camisetas foi organizada pela fotógrafa Valéria Carvalho e retratou os 35 anos de lutas e conquistas do Sindicato. A mostra, que permaneceu durante 10 dias no foyer do plenário da Câmara, foi encerrada na noite da Sessão Solene.



Exposição mostrou fotos históricas e camisetas de vários momentos de luta do Sindicato



Diretora Rosilene Corrêa representou a direção do Sinpro durante a Sessão

Plebiscito sobre reforma política será em setembro. Junte-se a nós nesta luta!

Entre os dias 1 e 7 de setembro, mais de 80 entidades, como o MST, a CUT, a UNE, sindicatos, confederações e pastorais da juventude organizarão o plebiscito sobre a reforma política. O intuito é construir, ao longo do ano, cursos de formação, explicando para a população o que é o plebiscito, qual sua agenda e como será organizado, montando comitês temáticos e espalhando urnas, inclusive nas escolas. O Sinpro faz parte desta construção, estando presente no comitê estadual.

escrutínio. “Foi iniciativa dos movimentos sociais e populares a partir de uma bandeira histórica dos trabalhadores”, diz.



Gabriel Magno é diretor do Sinpro e explica como surgiu esta ideia deste

Será o 5º plebiscito organizado por estes movimentos e a expectativa

é de reunir 15 milhões de assinaturas. “Pegamos a data antes da eleição exatamente para ajudar a pautar o debate eleitoral, sendo uma semana de grande mobilização nacional”, afirma Gabriel.

São dois os principais temas que serão debatidos na reforma política. “Defendemos o fim do financiamento privado de campanha, pois percebemos que as campanhas são pautadas pelo interesse econômico de quem as financia e não pela ideologia do candidato ou partido”. Outra proposta que defendemos é o fim do sistema de votos proporcional, para um sistema de lista partidária”, esclarece Gabriel.

Grito de repúdio ecoa após os 50 anos do golpe militar

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal não poderia deixar de se manifestar na passagem destes 50 anos que marcam o golpe militar de 31 de março de 1964. Mesmo porque, a categoria representada pelo Sinpro está entre as principais vítimas da ditadura militar no País e, em particular, na Capital Federal.

A história desses anos de chumbo revela que professores e professoras não foram apenas vítimas dos aparelhos ideológicos. Mas, como todos os demais trabalhadores assalariados, foram atropelados pelo desmantelamento sindical e o arrocho salarial promovido pela elite de direita que apoiou e se aliou à máquina da repressão.

O médico, ex-deputado estadual e federal, professor Gilney Viana, integrante da Comissão Nacional da Verdade e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que passou quase 10 anos de sua vida (1970 a 1979) nos porões da ditadura, hoje coordena o Projeto Direito à Memória e à

Verdade. O objetivo do projeto, segundo Gilney, é o incentivo à formação de entidades civis que resgatem a memória e busquem a verdade e a justiça.

Coautor do livro “Fome de Liberdade”, em parceria com Perly Cipriano – outro ferrenho militante da ALN (Aliança de Libertação Nacional) e companheiro de prisão –, Gilney Viana diz que é preciso dimensionar o que aconteceu em todo o território nacional, tanto no aspecto da repressão ideológica quanto do desmantelamento dos movimentos sindicais e populares que floresciam à época.

Frente Nacional

“Precisamos mostrar que existe uma frente nacional que repudia o golpe de 64 e a ditadura implantada. Ainda existe muita gente que é a favor desse momento da história. Há alguns dias atrás, um general das forças armadas assinou um artigo na (jornal) Folha de São Paulo dando a entender que queria desarticular qualquer movimento em combate à ditadura”, disse Viana.

Apesar de já passados 50 anos do golpe de Estado que implantou a ditadura militar, vitimando a maioria da população brasileira e, 21 anos da retomada do poder pelos civis, ainda hoje há resquícios da censura, criminalização de movimentos sociais, uso de força policial contra organizações populares. Também estão aos montes torturadores que não receberam punição e torturados que não puderam contar com justiça e reparação.

De acordo com Viana, a expectativa é de que as manifestações contra o golpe de 64, nos meses de março, abril e maio, reúnam milhares de pessoas. “É importante para a defesa das instituições democráticas e a busca do fortalecimento da democracia no país”, diz Viana.

Herança maldita

O escritor e professor aposentado da SE/DF e da FE/UnB, Antonio da Costa Neto, considera que foi justamente na educação que a ditadura militar produziu os maiores estragos, inferindo-se nos seus métodos, legislação, filosofia e propostas. “Pois é por meio dela que se intensificam as formas de comando, de controle do comportamento humano, visando cumprir, assim, o objetivo confesso de se ampliar a produção econômica e as chances de atuação das pessoas no mercado”, diz Costa.

O professor afirma que, sem dúvidas, uma das mais importantes faces da imposição educacional da ditadura foi a criação de padrões estanques de educação e de escola, sem reconhecer e, muito menos, considerar as diferenças sociais, econômicas e culturais bastante diversas num país de dimensões continentais

como o Brasil. “Tudo cronometrado e regido pela força da chibata”, diz.

A maligna herança da ditadura e a sua incomensurável competência, de acordo com Antonio Costa, logrou uma certa cegueira, uma imensa ingenuidade sobre o que, como educadores, deve-se fazer ou dizer. “A ditadura parece ter minado os espaços para a formação de cidadãos autênticos, criativos e capazes de agir pelo próprio bem”, sublinha o professor.

“Assim, não deixa de ser a escola um refinado instrumento para manter a pior das ditaduras, a da omissão, do silêncio, da coação e do aplauso aos nossos algozes. Já passa, historicamente, do tempo de apagarmos esta lousa para, assim, como educadores de hoje, darmos início a um novo processo, uma outra história”, concluiu Costa.

Carlos Gomes, professor de Filosofia no Gisno (707/907 Norte), é testemunha das arbitrariedades destes anos nebulosos. Militante da UNE durante sua vida universitária, ele conta que teve que correr muito da polícia. Viu suas irmãs perseguidas, presas e sua família sofrer retaliações e ameaças de morte.

Já no magistério, Gomes relata que, naquela época, ser professor era extremamente complicado. “A educação no Brasil perdia muito, porque era velada, não se podia falar muita coisa. Com isto os estudantes não recebiam informações corretas e a realidade era totalmente obscura”, ressalta.

Linha dura na Capital

No Distrito Federal, as atrocidades cometidas durante o regime mili-



Greve dos professores de 1979.

tar não foram diferentes da caça às bruxas ocorrida no resto do País. Militantes de esquerda mortos e desaparecidos, servidores cassados e interventores para todos os lados da máquina administrativa da Capital.

A professora aposentada e ex-diretora do Sinpro, Lúcia Iwanow, foi uma das vítimas do aparelho ideológico da ditadura. Ela e mais oito professores, entre eles o então presidente do Sindicato, Olímpio Mendes, foram demitidos após suas ativas participações na greve dos professores em abril de 1979.

Lúcia Iwanow diz que a perseguição política era tanta que até seu marido, de origem russa, foi demitido da Cobal. À época, ela era professora do Elefante Branco, de onde outros cinco professores também foram demitidos. Readmitida aos quadros em 1984, Iwanow só obteve

a anistia plena em 2002. Segundo ela, os problemas decorrentes da sua demissão foram intensos durante o restante da sua vida profissional, até a aposentadoria.

Dados que mostram que professores e professoras estavam entre os profissionais mais perseguidos pelos militares estão disponíveis no Arquivo Público do DF. O superintendente do órgão, professor Gustavo Chauvet – que teve o pai, Gilberto Antunes Chauvet, então diretor de uma escola em Taguatinga, cassado –, diz que a história da repressão no DF ainda está sendo levantada com a revitalização do Arquivo Público.

Porém, a rica documentação mostra a destituição do então prefeito de Brasília, Ivo Magalhães, indicado por João Goulart, para a entrada do interventor militar Ivan de Souza Mendes, em 1964. Em seguida, ocorreram as trocas de diri-



Foto: Arquivo Público do DF

gentes, inclusive do Secretário de Educação, Pompeu de Souza, que fora empossado no dia anterior ao golpe. Posteriormente, com o Ato Institucional nº 1 (AI1) vieram as cassações de dezenas de servidores, entre eles, muitos professores.

Gustavo Chauvet diz ainda que pesquisadores, professores e alunos vão poder consultar toda a documentação do Arquivo – desde a criação de Brasília e os fatos que marcaram sua história – através da internet, a partir do dia 14 de março, data da fundação do órgão.

Apagando as marcas

Professores e professoras de todo o País cobram das autoridades a troca de nomes de escolas e monumentos públicos que homenagearam os militares da época da ditadura por nomes de brasileiros que morreram ou desapareceram durante a luta pela democratização brasileira.

Em Brasília, ainda temos uma ponte com placa em homenagem ao general Costa e Silva, quando em seu lugar deveria constar o nome de Honestino Guimarães, um herói da resistência pela democracia brasileira.

A Comissão da Verdade, mais do que apontar os torturadores e responsáveis pela repressão que impôs tantos sofrimentos ao povo brasileiro, tem como principal alvo resgatar e expor a realidade dos fatos. Só assim as novas gerações de estudantes terão o direito de conhecer a verdadeira histórica política e socioeconômica de duas décadas sombrias.

Não acabou, tem que acabar, queremos o fim da polícia militar

Gabriel Magno - diretor do Sinpro-DF.



As recentes mobilizações iniciadas em 2013 têm apresentado uma importante agenda de profundas transformações democráticas que o Estado Brasileiro ainda precisa realizar. Um tema central e que necessita resposta urgente é a superação do modelo policial construído na ditadura militar e a afirmação de um projeto de segurança pública cidadão com respeito aos direitos humanos, defesa da cidadania e a valorização da vida.

Os métodos repressivos de controle social usados no período da ditadura militar (1964-1985) ainda não desapareceram na democratização e podemos constatar seu legado ao longo dessas últimas 2 décadas no país. Seja nos casos de grande repressão e criminalização do movimento social na década de 90 e na forma despreparada e autoritária das PM's nas greves dos professores(as) no Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo. No desaparecimento e assassinatos de milhares de jovens todos os dias nas periferias de nossas cidades pela PM, como no caso Amarildo, e que são justificados pelos autos de resistência. Nos massacres do Carandiru e da chacina da Candelária na década de

90 e nos recentes episódios no presídio de Pedrinhas no Maranhão e da prisão de jovens negros em postes públicos, que mostram também a falência do nosso sistema de segurança pública, em especial do sistema penal e carcerário.

Esse triste legado tem aumentado a desconfiança da população com a polícia. Nesse sentido é importante a luta pela desmilitarização. É preciso mudar a lógica da sua organização e funcionamento. A polícia não pode ser concebida para aniquilar o inimigo. Não pode achar que o cidadão que está andando na rua, manifestando ou mesmo cometendo um crime é inimigo. A polícia precisa atuar de forma a fortalecer a democracia e os direitos civis.

No ano em que descomemoramos os 50 anos do golpe militar no Brasil é preciso reforçar o coro pela desmilitarização da PM como tarefa fundamental do processo de democratização do país. Enquanto as formas de se relacionar com os jovens e a população forem bombas e a repressão truculenta, continuaremos a construir uma sociedade marcada pela violência, intolerância e preconceito.

Foto: Arquivo Público do DF

Foto: Arquivo Público do DF



Foto: Evandro Teixeira / Reprodução - 1968 - Rio de Janeiro